



# Património e contemporaneidade em rede

Victor Neves | Arquitecto, Professor Universitário

**S**ejamos claros. No que diz respeito ao universo do património edificado, a simples presunção de um património absolutamente puro e original é inverosímil e irrealista. Desde logo porque o património edificado encerra em si mesmo uma característica muito própria: ele é usado e habitado pelo homem, e por isso está sistematicamente sujeito às marcas dessa acção humana, que se prolonga no tempo. O tempo, ele próprio, é, como sabemos, um factor que exerce uma acção continuada no património edificado, com reflexos vários – em primeira análise, na sua estrutura física.

E o tempo é implacável. Não o podemos arredar, nem tão pouco congelar. Talvez alguns tivessem a veleidade de pensar que isso seria possível, mas não é: não vale a pena pensar que o simples retorno ao passado e o mimetismo do que supostamente é original e puro (tantas vezes tentado na regeneração de algumas estruturas urbanas históricas...) é o garante de uma impoluta e imaculada forma de preservar o património. Basta olhar para o lado: lá estão os últimos modelos da indústria automóvel, os cabos aéreos das redes de electricidade, da internet, as antenas de telefones celulares, as parabólicas ou antenas de televisão, ou as enormes imagens digitais dos MUPIS. E se olharmos para o céu, lá estão os aviões cruzando o espaço... e o tempo.

O tempo actua de foram lenta, mas é sempre mais rápido que nós. É uma constatação.

A segunda constatação é que NÃO há receitas que possam *a priori* determinar a forma correcta de como intervir no património edificado, na perspectiva da sua preservação, restauro ou renovação.

É um facto que TEM DE HAVER um enquadramento ético que limite as consequências da nossa intervenção na história. Mas as circunstâncias – culturais, geográficas, funcionais, económicas, regulamentares, jurídicas, sociais, entre outras – são tão díspares e diversificadas, que negam a presunção de poder haver receitas universais aplicáveis a todos os casos ou, mesmo, à maioria deles. Há bastas provas de que isso não é possível, nem mesmo desejável. Neste âmbito, documentos como a Carta de Veneza e subsequentes Cartas do ICOMOS, são documentos orientadores que definem um conjunto de recomendações técnicas, éticas, metodológicas para intervir no património, mas que ficam sempre dependentes das circunstâncias atrás mencionadas. E, para além do mais, de uma outra coisa: da capacidade técnica, profissional, ética, da experiência dos agentes que interferem no processo – projectistas, construtores, consultores, operários. Estamos, portanto, a falar de uma rede de executores, mas também de uma rede de interesses à qual aderem, de forma voluntária, esses executores

Ora um Grémio, como o GECORPA, congrega no seu seio essas redes, (a etimologia da palavra latina *gremium*, que significava seio ou regaço, reforça esta ideia), o que desde logo constitui uma vantagem num contexto geral do mercado ligado ao património. Mas um Grémio como o GECORPA pode e deve ir mais longe: deve criar sinergias entre os seus membros e, nessa perspectiva, elevar o seu potencial de informação e operacionalidade, ou seja o da sua rede, numa perspectiva contemporânea e não dogmática. Só depois poderá criar condições para alargar com eficácia e credibilidade, a sua acção ao exterior ■